

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>47</b>
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9201926048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9201926049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>90</b>
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>113</b>
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>123</b>
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>129</b>
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260414</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>141</b>
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<a href="#">Wellisson de Oliveira Camilo Jr</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
<a href="#">Vanessa Elias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>166</b>
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
<a href="#">Martina Gonçalves Burch Costa</a> <a href="#">Giovanni Felipe Ernst Frizzo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
<a href="#">Lilian Silva de Sales</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
<a href="#">Giácomo de Carli da Silva</a> <a href="#">Cristina Rolim Wolffenbüttel</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>197</b>
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
<a href="#">Fernanda Dias Coelho</a> <a href="#">Ludmila Mourão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
<a href="#">Andressa Regina Bissolotti dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>225</b>
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
<a href="#">Maria Cecilia Takayama Koerich</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260422</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>231</b>
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>242</b>
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>258</b>
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breenda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>270</b>
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>298</b>
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquirene Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>310</b>
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

**CAPÍTULO 30 ..... 317**

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):  
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.92019260430**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 333**

## BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA

### Ana Tereza da Silva Nunes

Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/ Minas Gerais.

### Jair da Costa Junior

Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte/Minas Gerais.

**RESUMO:** Este ensaio questiona a manutenção de determinadas práticas, metodologias e epistemologias legitimadas na gênese do campo acadêmico a partir de uma noção de racionalidade científica ocidental tida como universal. Buscamos averiguar a forma como o campo acadêmico opera uma lógica distintiva ao reproduzir hierarquizações socioculturais – de gênero, raça e classe – na categorização dos saberes, sujeitos e territórios referenciando a norma europeia. Discute-se a gênese do campo acadêmico considerando a noção de ciência moderna em relação à conservação de uma estrutura desigual que a origina, pensando práticas de manutenção da branquitude e colonialidade dos saberes/poderes nos espaços institucionalizados de onde se propaga o conhecimento reconhecido e oficializado como ciência no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonialidade. Branquitude. Epstemicídio. Educação. Ciência.

### GENERIFICAÇÃO E RACIALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL

Pensar a experiência histórica da academia no Brasil, considerando possíveis práticas de alteridade, permite averiguar alguns dos modos como as relações de interseccionalidade relativas às posições de gênero, raça e classe, articuladas à gênese das ciências modernas, atravessam ainda na atualidade as formas de representação e subjetivação social. Consequentemente, a produção do conhecimento reconhecido como científico, e os processos de (não) reconhecimento de determinados saberes e sujeitos no âmbito do campo acadêmico atuam como instâncias homólogas às relações sociais. Compreender o lugar em que nos inserimos, sem desconsiderar o lugar do outro, requisita uma reflexão quanto às formas e normativas metodológicas não flexíveis e fundadas em epistemologias do conhecimento comprometidas pela própria concepção de uma ciência moderna enquanto subproduto e produtora da mesma “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2009) incorporada nas assimetrias sociais racializadas e generificadas patriarcalmente que caracterizam as relações no Brasil. Define as formas de interiorização

das noções de superioridade racial que perpassa todas as dimensões da experiência humana, especialmente na América do Sul, que tem seu marco temporal na colonização (1492). A partir desse marco, os processos de dominação sistemáticos – objetivos e simbólicos – introduzem distinções no *habitus* do povo colonizado que perduram nas relações sociais (estruturas objetivas), nos corpos e mentes dos agentes (estruturas cognitivas).

O atual sistema de ensino universitário brasileiro se constituiu marcado pelos mesmos condicionantes sociais de poder alicerçados na gênese histórica do Brasil, comprometida por padrões eurocêntricos de classificação do mundo, em que a colonização desponta como a “culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p.117). Essa cultura é mundializada enquanto verdade universal, colocando às demais experiências humanas suas cargas valorativas morais, passando pelo campo da estética, do intelecto e dos costumes, especialmente nos ditos países periféricos. O estabelecimento dessa concepção de centro e periferia como categorias de definição da “articulação política e *geocultural*” do mundo moderno, implica na imposição da divisão racial do trabalho, incluindo o trabalho e produção intelectual, em âmbito mundial, e seus respectivos impactos objetivos e subjetivos (QUIJANO, 2009) nessa determinação e hierarquização arbitrária dos campos em suas respectivas representações.

Produz codificação e homogeneização de experiências num único padrão europeizado, controlando todas as dimensões da vida: da subjetividade, dos corpos, da cultura, e do monopólio da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005; 2009). Considerando o marco da modernidade estabelecido em 1492, localiza o início do “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” (BERNARDINO- COSTA; GROSGOUEL, 2016). A associação abstrata da razão com a masculinidade e a brancura foi produzida por um conjunto de fatos históricos articulados em que se incluem os processos colonialistas, protagonizados por esses atores: homens brancos burgueses (YOUNG, 2000). Os sujeitos – homens, brancos, heterossexuais, europeus – que produzem o conhecimento científico acadêmico como campo institucionalizado do saber, bem como as metodologias e epistemologias que empreenderam, foram e são mantidos em um lugar de poder, por uma trajetória de reconhecimento literal e simbólico que opera como engrenagem automatizada, que não mais carece que tais sujeitos precursores a movam deliberada e explicitamente.

Estabelecem-se práticas que passam a conservar lugares e privilégios ao cumprir requisitos instituídos enquanto próprios de um campo, que se constituiu como a tradição intelectual moderna, e que percebemos indissociável, em forma e conteúdo, das opressões sexistas e racistas naturalizadas na estratificação imposta ao mundo social ocidentalizado, que definem (des)valores conferidos às representações e posições socioculturais em interação.

Para Buck-Morss (2011, p. 134), “a consequência desse tipo de trabalho

acadêmico é uma cegueira parcial em meio a oceanos de perspicácia, e isso é típico da literatura acadêmica ocidental”. Buck-Morss (2011) faz uma veemente crítica à razão iluminista, enquanto movimento que visou as liberdades por um lado, porém, se omitiu à escravização do povo negro em todo o mundo, inclusive na Europa, de onde seus precursores e ideólogos teorizam e analisam as sociedades modernas. Em um dos exemplos de sua crítica, a autora retoma Sala-Molins, que aponta o silêncio de Rousseau como “racista” e “revoltante”, uma vez que “referia-se a seres humanos de todas as partes, mas omitia os africanos; falava dos groelandeses transportados à Dinamarca que morriam de tristeza, mas não da tristeza dos africanos transportados às índias, que resultavam em suicídios, motins e fugas” (BUCK-MORSS, 2011, p. 136).

Questionando ainda a liberdade enquanto princípio universal, conforme propalado pelos teóricos do iluminismo, a autora aponta como se tratava de um princípio essencialmente embasado nos interesses e defesa da burguesia francesa, e, conseqüentemente, reflexo das obras da intelectualidade tida como revolucionária, a qual, a partir das discussões e embasamento entre seus pares, seguia corroborando a escravização da população negra como algo naturalizado. Endossando, conseqüentemente, o discurso de inferioridade racial à medida que, o silenciamento denota uma forma tácita de assentimento. Ainda, segundo a autora, em virtude “dos discursos disciplinares por meio dos quais herdamos o conhecimento sobre o passado” (BUCK-MORSS, 2011, p. 143), estamos cada vez mais condenados à invisibilização das possibilidades de outras culturas que não seja a de base europeia, ou, na contemporaneidade, norte-americana. Observa que Hegel, ao se empenhar para alcançar o ápice da herudição em seus estudos, se tornava cada vez mais “tolo”, ao não se aperceber dos condicionamentos a que estava exposto e expunha em suas conferências e estudos. Pois, “quanto mais fielmente suas conferências refletiam a produção acadêmica convencional europeia sobre a sociedade africana, menos esclarecidas e mais preconceituosas elas se tornavam” (BUCK-MORSS, 2011, p. 154).

Conforme assevera Young (2000), a ciência moderna é o principal instrumento de imposição e legitimação da norma simbólica enquanto pressuposto de um padrão hegemônico estético e cultural. Reproduz desde seu originário uma orientação heteropatriarcal racializada, que culmina na conservação sócio-histórica objetiva de um só lugar de fala e representatividade, de um grupo social – homens, brancos, heterossexuais – sobre todos os outros, e conseqüentemente, em uma autorização do referido grupo para se posicionar sobre todo e qualquer assunto no âmbito da produção científica. Uma espécie de conversão da hierarquia patriarcal impositiva, garantida por reflexões proferidas e avaliadas entre pares na gênese da ciência moderna, em uma autoridade simbólica desse mesmo lugar masculinizado, em representação e representatividade, enquanto o referencial máximo relativo à invisibilidade imposta aos demais grupos sociais no espaço da academia.

Os modos de produção do conhecimento, e os critérios estabelecidos para o reconhecimento do campo científico, conformam as hierarquizações socioculturais

legitimadas e oficializadas, asseguradas pelo monopólio da classificação do mundo social garantido no manejo do recurso do universal (BOURDIEU, 2014). Definir o que pode ser considerado universal é possível pelos agentes e grupos que estão de posse das funções do Estado, e de seus correlatos espaços. O Estado é produtor do oficial. Logo, a academia se afirma enquanto *locus* da oficialidade do discurso hegemônico legítimo estatizado, e, não por acaso, o *locus* de emanção do poder de expressão da branquitude. Como consequência, observamos o silenciamento das formas de produção de conhecimento que, mesmo dentro das normas e normativas requeridas por este símbolo do poder (academia), evidenciam raça e gênero como quesitos para inserção ou êxito no campo.

Segundo Young (2000) é importante não concluir que as intersecções perpassadas por classe, raça e gênero sejam causadas pela razão científica. Esclarece, por outro lado, que se trata de um campo que reflete as relações de dominação presentes no espaço social. Dessa forma, a “associação desta razão com uma burguesia branca e masculina surge e persiste no contexto de uma sociedade estruturada por relações hierárquicas de classe, raça, gênero” (YOUNG, 2000, p.215). Questiona-se os limites de um academicismo calcado em branquitude (LOBORNE, 2014) e colonialidade (QUIJANO, 2005, 2009), que associou e essencializou o sentido de conhecimento e ciência a um grupo social que passa a representar a norma universal. A noção de branquitude averigua assimetrias raciais questionando a identidade branca concebida estruturalmente enquanto norma e lugar social de privilégios, em detrimento de uma maioria populacional não branca concebida e mantida como o outro negativo. Uma racialização quanto aos significados do que é ser branco criticamente, considerando interseccionalidades de gênero e classe, e objetivando a ampliação das formas de inserção na desconstrução antirracista coletiva das práticas sociais.

O campo acadêmico se faz espaço de possibilidades de desqualificação de saberes e discursos politizados, retirando-lhes o status de ciência e categorizando-os enquanto ativismo/militância, desconsiderando que a luta por representação e representatividade esteja travada na própria concepção de conhecimento, na dissimulação da manutenção de posições privilegiadas e conservação de um poder eurocentrado apresentado como rigores metodológicos e epistemologias clássicas. Um patente exemplo dessa estratégia simbólica de desqualificação intelectual, como forma de exclusão e retirada do campo científico pode se encontrado em Telles (2003), que ao mencionar Abdias do Nascimento o referencia associando ao adjetivo “ativista negro”. Igualmente podemos citar a invisibilização de pesquisadoras e intelectuais tais como, Lélia Gonzalez e Maria Beatriz do Nascimento, a desqualificação da obra de Carolina Maria de Jesus, por não portar os títulos do privilegio. E o tardio reconhecimento de Maria da Conceição Evaristo. Essa desclassificação cumpre o papel de destituir de qualquer legitimidade a produção de negros e negras intelectuais, os colocando no lugar do discurso entusiasta e inflamado, irrefletido e ausente de método e rigor científico.

Voltando a Buck-Morss (2011), mesmo evidenciando e fazendo severas críticas à cegueira de vários dos supostos intelectuais do iluminismo frente à omissão em relação ao sistema escravocrata, refletindo à luz da revolução haitiana, relega à revolução francesa e seus imperativos os pressupostos motivadores do êxito da revolução negra pela liberdade. Afirmando que: “a Revolução Francesa não era simplesmente um fenômeno europeu, mas um evento de implicações históricas de alcance mundial” (BUCK-MORSS, 2011, p. 139).

Na mesma direção, Carvalho (1998), discutindo sobre os impasses retóricos nos discursos dos padres jesuítas ditos abolicionistas, em: “escravidão e razão nacional”, revela as vicissitudes e ambiguidades contidas nos discursos pretensamente humanitários desses agentes. Para Carvalho (1998, p. 39), “a tradição luso-brasileira não conheceu o movimento ou corrente de idéias abolicionista senão nos últimos anos de escravidão”. Vale enfatizar que Carvalho não considera os movimentos, rebeliões, insurreições, organização em quilombos, e outras formas de manifestações da população negra como partes de um mesmo movimento abolicionista, a partir do qual circulavam idéias que tinham como finalidade alcançar a liberdade dos povos escravizados e o fim do sistema escravista no mundo. Para além de meros discursos retóricos, essas eram práticas que buscavam a liberdade e a igualdade de formas concretas, não pensá-las inseridas em uma mesma trajetória de luta pela abolição, mundialmente e pluralmente experimentada, é deslegitimá-las como tal. Contudo, a discussão tanto de Buck-Morss quanto de Carvalho são de grande relevância analítica para constatação de uma lógica de civilidade que dissimula a violência em mecanismos considerados símbolos de uma sociedade civilizada, e reafirma os pressupostos eurocêntricos, justificados no padrão de racionalidade moderno e nos ideais do iluminismo.

A leitura de Gonzalez, se referenciando em Maria Beatriz do Nascimento, nos mostra que a população negra “sempre buscou formas de resistência contra situação sub-humana a que foi lançada” (GONZALEZ, 2018, p. 36). Desde 1559 já haviam notícias da formação de quilombos como formas alternativas de sociedade e contrapartida de resistência organizada contra a super exploração a que eram submetidos. Os quilombos eram a representação da liberdade e da igualdade, bem como, dá forma ao primeiro Estado livre no continente americano, a República negra de Palmares, que sobreviveu ao sistema escravista de 1595 a 1695. Assim, de uma perspectiva decolonial produzida antes que tal termo se elaborasse e adquirisse reconhecimento acadêmico, podemos inferir que Palmares foi a “primeira tentativa brasileira no sentido de criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socio-econômicos, realizou um grande avanço” (GONZALEZ, 2018, p. 36).

Com isso, porque não acreditar no sentido oposto, no sentido que a história tida como oficial não mostra, e mesmo as críticas que se acreditam mais profundas ainda se rendem aos mesmos desígnios que supostamente indagam, e considerar que os movimentos dos povos negros pelo mundo alimentaram os ideais pela liberdade,

como por exemplo, da revolução francesa. Pois, igualmente aos ideias, surgidos em períodos subsequentes as várias insurreições negras pelo mundo, as notícias dessas ações pela liberdade e contra as formas de opressão e exploração também corriam o mundo, especialmente o continente europeu.

É nesse sentido que a noção de lugar de fala (RIBEIRO, 2014) está diretamente articulada à busca por uma epistemologia decolonial, no enfretamento acadêmico das formas de opressão perpetradas contra grupos sociais, a partir das categorizações e valorações negativas relativas às construções identitárias estruturalmente generificadas e racializadas desigualmente na sociedade brasileira.

Segundo Young (2000) o pertencimento a um grupo se dá a partir de uma relação de afinidades produzida por experiências (classe) de vida comuns, sendo que um grupo somente existe em relação à outro. Opressão e dominação são compreendidas enquanto dimensões estruturantes das relações entre grupos sociais e de caráter sistêmico. As violências – opressões/dominações – são vividas a partir de situações corriqueiras sustentadas em boas intenções. Para a autora a violência se evidencia em cinco faces: exploração; marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência. Nessa perspectiva, lugar de fala, assim como decolonialidade, pressupõem, antes de tudo, o compartilhamento de espaços, e, conseqüentemente, a possibilidade de olhares diversos sobre determinada temática ou fenômeno. Questiona-se, portanto, os pressupostos que culminaram na homogeneização dos espaços, especialmente o acadêmico como privilégio de um grupo/classe.

Segundo Souza (2016, p. 441) “o mito da brasilidade é a nossa narrativa sobre nós mesmos articulada por Gilberto Freyre [...] uma interpretação de cunho folclorista, enfocada nos costumes, que procura nos definir com base nas ‘heranças’ culturais de ‘matriz civilacional’ ibérica”. Democracia racial, o outro nome para o mito da brasilidade, foi uma categoria elaborada, vista e analisada segundo a posição social que é do homem branco, da elite brasileira, do Brasil colônia e seus descendentes. Como bem salienta Elias (1987), “expressões como conversão ao cristianismo pouco ajudam: elas representam o ponto de vista dos conquistadores e não dos conquistados” (ELIAS, 1987, p. 77). Questiona-se tudo em relação a essa categoria, vivemos séculos de masturbação intelectual em torno da compreensão dessa categoria, mas não questionamos sua legitimidade prática e a finalidade que cumpre nas relações sociais de produção de hierarquias e manutenção de posições, inclusive nos dias de hoje. Segundo Souza (2016) a definição de ciência verdadeira deveria estar ligada ao interesse crítico, de produção de pesquisas que fogem aos clichês do senso comum. Para ele, o “mito da brasilidade” obstou o conflito inclusive nos espaços onde deveria ser o princípio basilar, a academia.

Enquanto pesquisadorxs, não podemos deixar de observar que se tratava de uma visão advinda da posição dos senhores e suas famílias, seus descendentes, que formaram a elite intelectual brasileira e ocupou os espaços oficiais. Os quais, protegidos pela dominação exercida contra a população negra, acreditavam viver

em harmonia com os mesmos. Os fenômenos sociais, assim como quaisquer outros fenômenos ou fatos históricos, são vistos de um determinado ponto de vista, e do “chão” que o observador pisa. Nesse sentido, a interpretação, os mecanismos e os instrumentos utilizados para dar significado ao que é observado, dependerá, em grande medida, da posição social, dos instrumentos que se dispõe, da experiência de vida, e uma série de outros elementos relevantes que compõe e dão significado ao observador a partir do que se vê. É nesse sentido que a academia brasileira, ao produzir um espaço homogeneizado, em todos os aspectos, inclusive estético, produziu conseqüentemente obstáculos aos conflitos e à produção crítica, à antítese do pensamento sobre os fenômenos.

Para tanto, Gonzalez nos esclarece que,

O paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso revolucionário, na sua luta contra o monopólio do capital, aponta-nos para um modo não-consciente de perpetuação dos mecanismo de dominação utilizado pelo sistema que combate. E na medida em que um discurso não é consciente de seus fundamentos e seus efeitos, ele não se pode dizer científico, já que não conseguiu se aperceber das artimanhas da ideologia (GONZALEZ, 2018, pp. 101-102).

Valorações que nos afetam epistemologicamente quanto às práticas acadêmicas conservadas, no que tangem à sutileza da violência racista e de gênero pode ser observada a partir de uma norma que se legitima na seleção de referenciais ao se pensar uma disciplina, um projeto, uma pesquisa. Quantxs feministxs serão selecionadxs? Quantas autorxs negrxs? Quantos autorsx antirracistas? Quantas autorxs latinx-americanxs, brasileirxs, mineirxs? Quantas leituras de autoria de LGBTs serão inseridas? Agir em contrário às distinções e desigualdade na prática passa por se condicionar ao exercício de ações afirmativas cotidianas, passa por considerar esses fatores interseccionais que cerceiam determinados sujeitos em determinados espaços também na busca e inserção de novos referenciais, a partir do entendimento comum de que agir automatizadamente, ou seja, se dar o privilégio de não pensar sobre isso, é reproduzir efeitos de opressão estruturalmente incorporados, de maneira inconsciente; é seguir reproduzindo a exclusão de determinados grupos sociais, e conservando invisibilizações que corroboram epistemicídios (CARNEIRO, 2005), por escolhas sempre orientadas por autores e formatos metodológicos eurocentrados.

O termo epistemicídio faz analogia à ideia de exermínio e silenciamento dos conhecimentos não legitimados pela norma eurocentrada, trata da exclusão, desqualificação e invisibilização de saberes de origem diversa e produzidos em formatos diferentes das imposições científicistas modernas ocidentais; o epistemicídio é considerado enquanto parte dos processos que configuram um quadro de genocídio continuado da população negra em nosso país, opera na morte simbólica do que se refere culturalmente às populações dos grupos sociais historicamente oprimidos.

Algo que pode se fazer importante pensar, quando, diante de uma lista de 41 eixos temáticos de um evento como o “VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro

Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade - Resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação”, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande em parceria com outras instituições acadêmicas no ano de 2018 (para o qual foi apresentado uma versão em resumo expandido deste artigo) e que, conforme se explicita no nome, trata de gênero, sexualidade, e se dispõe a tratar de ocupação e resistência em espaços de educação, não há nenhum com o recorte étnico-racial explícito, no título desses espaços de debate, ainda que dentro do que proponham no conteúdo e forma de abordagem raça esteja contemplada como categoria de análise.

Há que nos fazer pensar sobre como ainda é possível um evento sobre gênero e corporeidades no Brasil não atuar afirmativamente nesse sentido, diante da possibilidade de escolha por uma linguagem que explicita prioritariamente o comprometimento com uma epistemologia antirracista no campo da Educação. Ainda que se fale de representatividade e da importância de nos educarmos para as relações étnico-raciais recorrentemente, e que ela esteja contemplada em todas as políticas públicas em Educação das últimas décadas, não houve questionamento e/ou atitude prática para reversão dessa ausência terminológica, não houve uma percepção entre pesquisadores legitimados no campo, na elaboração de eixos temáticos que sejam de interesse na área, de que tal ausência acarrete em prejuízo na mensagem que o evento comunica inicialmente. Não houve sensibilidade pra pensar que se trata de mais um modo de negar sutilmente que haja a real necessidade de sempre estabelecermos recortes étnico-raciais, e que, ainda hoje, permitir essa ausência como algo pontual, não planejado, contribui para a manutenção da invisibilização das desigualdades racializadas na sociedade brasileira como um todo.

Colocamos em suspensão, no sentido mesmo da redução fenomenológica, os regimes de verificação que seguem regendo o campo acadêmico, e conseqüentemente, as relações sociais. “Analisar, portanto, os regimes de verificação, é verificar os pressupostos que norteiam os pontos de vistas. No caso do Brasil, há que se reconhecer um pensamento colonial (um *ethos* racista intelectual) estruturado nos cérebros e nas práticas” (COSTA, 2018, p. 402). É questionar um campo instituído supostamente para desvelar os mecanismos de opressão, que, de outra maneira, os reproduz irrefletidamente ao não considerar os pressupostos que regem a razão. Conforme assevera Bourdieu (1998, p.11) “a crença, incluindo aquela que está na base do universo científico, é da ordem do automático, quer dizer do corpo, que, como Pascal não pára de nos lembrar, ‘tem razões que a razão não conhece’”.

A razão científica, ao hierarquizar modos de escrever e produzir corporeidades artísticas possibilita a legitimação e a sistematização de apropriação cultural dos saberes que não produz, mas que são enquadrados nas formas acadêmicas, apreendidos e replicados nas tidas normas cultas da língua, apropriados pela cultura letrada em monografias, dissertações, teses, documentários, peças de teatro, espetáculos de dança, ou seja, pelos agentes familiarizados historicamente com a forma do capital cultural escolarizado e requisitado por tais espaços de ensino

(BOURDIEU; PASSERON, 2014), caracterizando um novo modelo de exercício de uma mesma colonialidade na manutenção da branquitude no privilégio de falar sobre tudo e todos, mesmo sobre os saberes que desconhece para além de uma análise feita a partir de um lugar com o qual não tem pertencimento. Nesse sentido, a prática acadêmica se torna um mecanismo de apropriação e expropriação de saberes, a partir de um olhar exotizado sobre tudo que possa ser considerado objeto, se traduz em um olhar normalizador, que tanto reduz quanto desqualifica o que for considerado objeto (YOUNG, 2000).

Estabelecer critérios que padronizam um modo de produzir conhecimento enquanto requisito para que ele seja reconhecido como verdade possibilitou manter certa primazia da forma em detrimento do conteúdo “academicizado”. Em oposição à norma científica são colocados todo conhecimento e saber tido como desviante, ou rejeitado enquanto tal. O que constitui atender textualmente às normas da ABNT - Associação brasileira de normas técnicas; órgão responsável pela emissão das orientações referentes aos padrões dos formatos de apresentação dos trabalhos e produções acadêmicas no Brasil - e aos referenciais teóricos certos, pagar pedágio intelectual para um número suficiente de autores legitimados e que pensem próximos de você sobre um tema que atenda à linguagem do campo, pode e será considerada ciência a ideia apresentada. Ciência como a adjetivação sociocultural construída e institucionalizada para hierarquizar a produção de um conhecimento sobre os demais. “A ciência é a estética da inteligência” (BACHELARD, 1996, p.13), o que corresponde à noção de ciência como forma idealizada de inteligência, produzida e conservada desde a modernidade. Nesse sentido, deixar a superficialidade da forma pode ser uma estratégia ou modo de se opor ao ordenamento distintivo e arbitrário de saberes. Mobilizar a produção acadêmica como ferramenta de intervenção na dinâmica de opressão dos grupos sociais, ressignificando esse espaço de captura desveladora de hierarquias modernas. Maria Beatriz do Nascimento (RATTS, 2012, p. 94) descreve:

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade (RATTS, 2012, p. 94).

Não se trata de reduzir a produção do conhecimento à imutabilidade de uma condição machista, racista e elitista, ou inferir que tais processos estejam na ordem do conscientemente deliberado por agentes que os protagonizam, mas de repensar, para um enfrentamento deliberado de tais questões nas instituições de ensino acadêmico, exatamente para que tais espaços e agentes possam rever as práticas de omissão e invisibilização na manutenção dessa hierarquização que possui cor, gênero e classe no que determina em lugares e representações em nossa sociedade.

Compreender a eficácia do poder simbólico de eternização das ações, conseguir apreendê-las e torná-las evidentes no presente que se situa, trata-se de tarefa

recôndita, que, ao mesmo tempo em que se verifica necessária, corre o risco de cair na banalização da inflexão das ignorâncias que persistem na cegueira inconsciente de uma consciência histórica imanente. É necessário provocar sistematicamente a evidenciação das sutilezas naturalizadoras e produtoras do racismo e sexismo intelectual, como princípio elementar do afloramento de uma perspectiva decolonial para o desmoronamento das estruturas que erigiram e dão sustentação a este poder de dominação da subjetividade.

O racismo, igualmente ao sexismo, tem razões que o próprio racismo e sexismo desconhecem!

## REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: companhia das letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**: São Paulo: Brasiliense, 2003.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**.. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Escravidão e razão nacional**. Dados, v. 31, n. 3, 1988, p. 287-308.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti**. CEBRAP, Novos Estudos, 2011, p. 131-171.

COSTA, Jair. **Genocídio: o apagamento de uma identidade**. 2018 - Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Orig.1981. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOBORNE, A. A. de P. **Branquitude e colonialidade do saber**. Revista ABPN. V.6, n.13. Mar. – Jun. 2014. pp. 148 – 161.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. [S.I]: Diáspora africana, 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. Clacso. 2005. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. acesso em: 20 jun. 2018.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlanta**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: imprensa oficial, 2006.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume dumará, 20003.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia**. Valencia: Cátedra, 2000

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-292-0

